

O auxiliar de futuro na sintaxe temporal: por uma projeção que lexicalize verbos no presente

Paulo Ângelo de Araújo Adriano*

Resumo

Este trabalho tem como objetivo refletir e questionar o papel do auxiliar de futuro do presente, em perífrases, na sintaxe temporal do português brasileiro. A proposta que se analisa é a de Giorgi e Pianesi (1997) na medida em que propõem a extensão do IP em AGR's (AGR₁ e AGR₂) e TP's (TP₁ e TP₂). Os autores, fundamentados pelas considerações sobre auxiliar em Chomsky (1995), afirmam que verbos no Tempo presente são interpretados somente em LF, pois tal Tempo tem forma não marcada, e, por isso, T₁ não deve ser lexicalizado. Nesse Tempo, somente AGR₁ e VP são projetados. Porém, pôde-se verificar que o auxiliar de futuro precisa ser lexicalizado, uma vez que ele é a estrutura pivô da noção temporal que somado ao infinitivo denota futuro. Dessa maneira, o objetivo deste trabalho é problematizar e trazer considerações para ampliar análises acerca da sintaxe temporal em PB.

Palavras-chave: sintaxe temporal, auxiliar, tempo futuro

Abstract

This paper aims to observe and to question the role of the “futuro do presente” auxiliary in periphrasis, in the temporal syntax of Brazilian Portuguese. This study makes considerations about Giorgi and Pianesi (1997), according to their proposition of IP extent in AGRs (AGR₁ and AGR₂) and TPs (TP₁ and TP₂). Considering Chomsky (1995), the authors state that verbs in the Present Tense are only interpreted in the LF, because this tense has a non-marked form, and, due to this fact, T₁ is not lexicalized. With a present tense reading, only AGR₁ and VP are projected. However, we could verify that the auxiliary in the Future Tense needs to be lexicalized, once it is the pivotal structure of the temporal notion that denotes Future Tense when added to the infinitive. Thus, the aim of this paper is to put Giorgi and Pianesi's purpose in doubt and make considerations to expand on the analysis about the temporal syntax in Brazilian Portuguese.

Keywords: temporal syntax, auxiliary, future tense

* Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP. Mestrando em linguística pelo Programa de Pós-graduação em Linguística, *e-mail*: pauloangeloaa@gmail.com. Esta pesquisa foi financiada pela CAPES. Agradeço aos pareceristas anônimos que contribuíram para o formato final deste texto, ainda que nem todas as sugestões puderam ser contempladas. Agradeço também à Sonia Cyrino e ao Maurício Resende pela leitura cuidadosa e pelos comentários de versões anteriores deste trabalho. As falhas remanescentes são de minha inteira responsabilidade.

1 Introdução

Parece ser consenso entre os linguistas que o sistema flexional dos verbos em português brasileiro (doravante PB) apresenta uma certa complexidade, pois há cumulação na morfologia das noções de Tempo, modo e aspecto. Especificamente tomando o Tempo presente para análise, seu morfema zero (\emptyset) parece ser o responsável pela neutralidade quanto à sua significação; ou seja, o presente pode expressar conteúdo de outras formas (CAMARA JR., 1970; MIOTO, 1985; BALDÉ, 2013), tendo uma leitura (1) estativa; (2) de presente histórico; (3) de presente habitual; (4) de presente genérico, atemporal; e (5) de futuro, respectivamente:

- (1) João **é** inteligente. (BALDÉ, 2013, p. 74)
- (2) Portugal **perde** o final do jogo de 2006 em Lisboa. (BALDÉ, 2013, p. 76)
- (3) Abdoul **vai** de carro para o trabalho. (BALDÉ, 2013, p. 77)
- (4) As baleias **são** mamíferos. (BALDÉ, 2013, p. 78)
- (5) Daqui a pouco **almoço** com a professora.¹ (BALDÉ, 2013, p. 75)

Embora seja consensual que as formas de presente são neutras quanto à sua significação, considerar a existência de um morfema para o Tempo presente é divergente entre os linguistas. No âmbito da morfologia, Camara Jr. (1970, p. 73), por exemplo, afirma que a diferença entre ‘falamos’ e ‘falávamos’, ‘faláramos’, ‘falaremos’ e ‘falaríamos’ se dá em virtude de a primeira forma poder indicar um presente e um pretérito, que se distingue dos outros justamente pela presença de um morfema zero; ou seja, enquanto existem morfemas temporais foneticamente realizados para pretérito imperfeito (-va-), mais que perfeito (-ra-), futuro do presente (-re-) e futuro do pretérito (-ria-), os morfemas número-pessoais de 1ª pessoa do plural do indicativo (-mos) podem tanto ter uma leitura de Tempo presente quanto de Tempo passado. Porém o

¹ Um parecerista anônimo questionou sobre se o que faz o futuro é o verbo ou o efeito composicional do modificador. Acredita-se que, para os casos em que o verbo está no presente, como em (4), a leitura futurizada esteja no verbo em si, porém Araújo Adriano (em andamento) mostra que na diacronia verbos no presente que indicam futuro aparecem 49% acompanhados de um advérbio e 51% sem nenhum modificador temporal. Não se sabe ao certo ainda o quão essas estruturas foram reanalisadas como forma de futuro, porém, como aponta o autor, parece que a intuição do falante de PB não diferencia (i) de (ii); em ambas as sentenças, B envia os documentos num momento após a fala:

- (i) A: Nós precisamos resolver as pendências do seu contrato!
B: Ah, tudo bem! Pode deixar que depois eu te envio as informações que estão faltando.
- (ii) A: Nós precisamos resolver as pendências do seu contrato!
B: Ah, tudo bem! Pode deixar que eu te envio as informações que estão faltando.

contraste entre (6) e (7) mostra que o que se tem, em se tratando do presente, é um morfema zero (\emptyset), seguindo a fórmula geral da estrutura do vocábulo verbal (T (R + VT) + SF (SMT + SNP)² de Câmara Jr.:

(6) Canta- \emptyset -m
T-SMT-SNP

(7) Canta-va-m
T-SMT-SNP

Em contrapartida, com uma interface sintaxe-semântica, porém abordando questões relativas à morfologia, Giorgi e Pianesi (1997) (G&P), consideram que o Tempo presente é uma forma não marcada morfologicamente. Isso faz diferença na proposta dos autores, porque, de acordo com eles, para que uma categoria temporal (T_1 e T_2) seja lexicalizada é necessário que haja um morfema para tal, uma vez que o critério-T prevê que um traço temporal é atribuído unicamente a um evento, que é expresso por meio de um morfema (discutido na Seção 2).

O presente trabalho assume Câmara Jr. e defende a existência de um morfema zero para o Tempo presente, tendo como objetivo discutir a importância do auxiliar, no Tempo presente, de futuro do presente em perífrases (Eu vou viajar para a Europa) do PB. Para tanto, este texto se organiza da seguinte maneira: na Seção 1, apresenta-se a teoria de Giorgi e Pianesi sobre a sintaxe temporal, bem como a maneira pela qual os autores lidam com o Tempo presente. Na Seção 2, mostra-se em que medida a teoria de Giorgi e Pianesi parece ser problemática para o auxiliar de futuro em perífrases no PB. Por fim, as considerações finais são feitas na Seção 3.

2 A sintaxe temporal

Na linguística, a categoria de Tempo verbal, de agora em diante Tempo, maiúsculo, é amplamente discutida, uma vez que ela pode ser relacionada com aspectos sintáticos, semânticos e até morfológicos. Sob a perspectiva sintática, a perspectiva que este trabalho explora, G&P (1997) argumentam que o Tempo como um operador sentencial é insuficiente para representar fielmente o significado de sentenças³. Diante disso, G&P propõem que os Tempos devem ser considerados como expressões relacionais que codificam as relações temporais entre as entidades temporais. Para eles, então, “nesse sistema, o inventário de

² Para descrever um vocábulo verbal, Câmara Jr. propõe o vocábulo verbal em que T é o tema, que se divide em R (radical) e VT (vogal temática). Somado a isso, tem-se o SF (sufixo flexional), que é a junção do SMT (sufixo modo-temporal) com o SNP (sufixo número-pessoal).

³ Sobre a incapacidade de representar fielmente o significado da sentença por meio de operadores sentenciais, remete-se o leitor a Giorgi e Pianesi (1997:17-23).

Tempos possíveis é obtido pela interação entre a natureza e o funcionamento das entidades temporais relevantes para com suas realizações morfossintáticas” (G&P, 1997:22, tradução minha)⁴.

A proposta analisada neste trabalho é a de G&P (1997), a partir da definição de Tempo como uma categoria que estabelece relações entre os eventos que correspondem às entidades primitivas temporais de Reichenbach (1947). Segundo esse autor, para formalizar-se a lógica temporal, um Tempo contém termos que se relacionam ao momento do evento (E), ao momento da fala (S, de *Speech* do inglês) e ao momento da referência (R). G&P (1997) seguem a revisão proposta por Hornstein (1993) para quem cada Tempo é obtido pela relação do R/E e do R/S. Dessa maneira, partem da hipótese de que os Tempos estabelecem relações entre as entidades primitivas temporais, cuja forma lógica possui termos que se referem a eventos específicos, como o *Speech Time* e um termo, no caso R, referenciando precedência entre eles, de acordo com a teoria reichenbachiana. Assim, os autores propõem que a relação entre os momentos de Reichenbach nunca é diretiva, isto é, sempre há uma dupla relação (T₁ e T₂), a partir do momento de Referência. Então, de acordo com eles, existem⁵:

(8) T ₁ :	S_R futuro	T ₂ :	E_R perfeito
	R_S passado		R_E prospectivo
	(S,R) presente		(E,R) neutro

As repercussões da morfologia na sintaxe só passaram a ser investigadas a partir do estudo de Pollock (1989), que incluiu na teoria X-barra a categoria máxima temporal, denominada de TP (Tense Phrase). G&P sugerem uma distinção categorial de TP entre T₁ e T₂, uma vez que os morfemas que expressam cada relação têm conteúdo (traço temporal) e comportamento morfossintático diferentes. Dessa maneira, ambas as categorias atribuem, sob regência, um papel-T a posições de eventos na grade temática do verbo. Tal critério (9), semelhante ao critério-θ, segundo G&P, é um mecanismo formal que permite a identificação do argumento eventivo do verbo, ou de modo geral de um predicado, com um lugar argumental vazio na grade-T do predicado temporal, atribuindo-lhe assim sua interpretação temporal específica.

- (9) **Critério-T:** todo papel-T deve ser atribuído a somente uma posição de evento, e cada posição de evento deve receber no máximo um papel-T.

⁴ In such a system the inventory of possible tenses is obtained from the interaction between the nature and functioning of the relevant temporal entities with their morphosyntactic realization. (G&P, 1997:22)

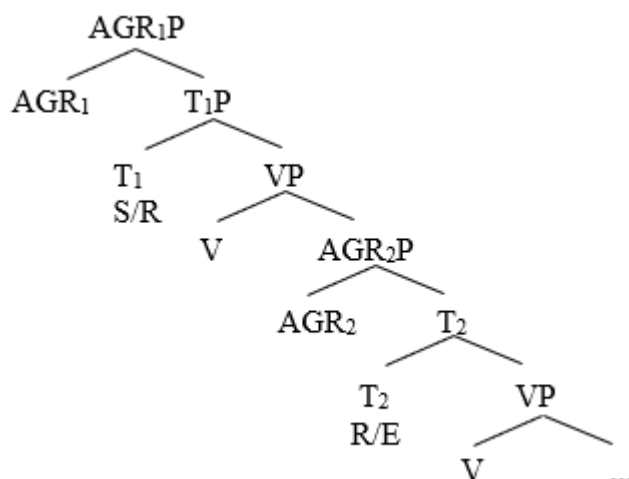
⁵ Na representação reichenbachiana, a vírgula expressa simultaneidade entre os pontos, o traço indica precedência temporal do ponto à esquerda.

A motivação para essa proposta, segundo G&P, se baseia no fato de que, para cada verbo, há somente um morfema temporal, ou seja, são os morfemas que realizam traços temporais (traço- τ)⁶ diferentes. Dessa forma, os autores assumem que as línguas carregam informação temporal e aspectual diferentes porque os morfemas expressando Tempo e aspecto exibem propriedades diferenciadas.

Diante disso, para G&P, T₁ e T₂ são itens lexicais que regem um predicado para a checagem do papel-T, lexicalizando relações de Tempo, S/R para T₁ e E/R para T₂.

A partir disso, os autores, ancorados no Programa Minimalista (Chomsky, 1995), apresentam uma estrutura base para se estudar o Tempo verbal, levando em consideração a projeção TP, primeiramente discutida por Pollock (1989). A representação em (10) mostra a estrutura proposta pelos autores, em que T₂ e T₁⁷, sendo item lexicais, devem atribuir um papel-T cada: T₂ no verbo “real” e T₁ em um auxiliar para satisfazer o critério-T. Assim, o VP mais baixo é projetado pelo principal, ao passo que o verbo mais alto é projetado pelo auxiliar. Destarte, por (9), os verbos se movem para T₁ e T₂ para checagem de traços.

(10)



1.1 Giorgi e Pianesi (1997) e o Tempo presente

Segundo G&P (1997), os verbos auxiliares, de modo geral, não contribuem para a interpretação temporal da sentença, visto que a especificação do evento é herdada pelo verbo principal. Além disso, os autores afirmam que as propriedades temporais do Tempo presente estão disponíveis somente em LF, isso porque não há nenhum conteúdo morfológico para receber o traço-T. Logo, se não há morfologia, não há uma projeção lexical, o T₁, para checar traço-T.

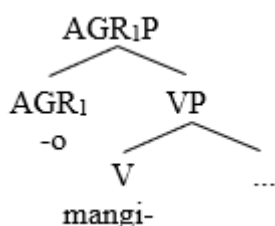
⁶ Ver nota 9.

⁷ Segundo G&P (1997), as formas que lexicalizam a relação R/S e R/E correspondem, respectivamente, às formas aspectuais e temporais.

Pelo fato de que toda sentença precisa de uma posição de sujeito para satisfazer o EPP⁸, em toda sentença no Tempo presente haveria, conseqüentemente, (i) um AGR₁, para checar uma concordância e (ii) um V₁, para o verbo no presente.

Disso, os autores propuseram para uma sentença no Tempo presente a seguinte estrutura:

- (11) *Mangio*
 comer. PRS.1SG
 'Eu como'



Em (11) nenhum traço- τ está presente na numeração e, portanto, nenhuma projeção T aparece em Σ^9 ; ou seja, pelo fato de os autores assumirem que não há morfologia de presente, não há nada para ser lexicalizado, logo em (11) não há a presença de T₁. AGR está projetado para atender às necessidades da sintaxe. Segundo os autores, o verbo deve checar antes de *Spell-out* os traços associados com o morfema de concordância, tendo como produto a estrutura que será interpretada nas regras de LF. Ademais, afirmam que tal derivação é comum à várias línguas¹⁰, incluindo o português.

Do mesmo modo, em uma sentença com locução verbal¹¹, Silvério (2001), com o objetivo de descrever a sintaxe temporal do PB, a partir de G&P, propõe a derivação em (12) semelhante à derivação em (11):

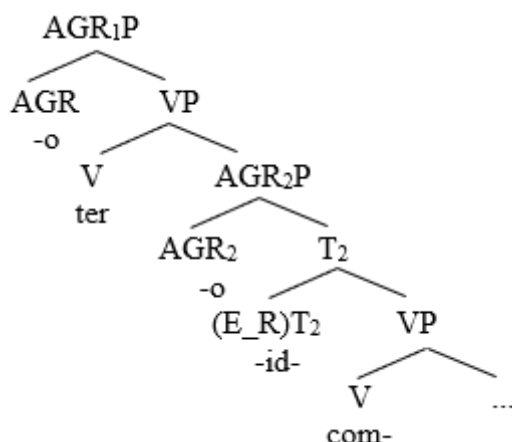
- (12) *Tenho* *com-id-o*
 ter.AUX.PRS.1SG *comer- PTCP-1SG.M*

⁸ O EPP, do inglês “Extended Projection Principle”, é o Princípio da Projeção Estendida para o qual toda sentença deve conter um NP ou um DP na posição de sujeito, seja em [Spec,TP], seja em [Spec,IP]. Tal princípio seria capaz de explicar a existência de sujeitos expletivos como *there* e *it* no inglês, enquanto que, em línguas que permitem sujeito oculto, haveria em [Spec,TP] um pronome sujeito nulo (*pro*), tendo o preenchimento do sujeito realizado sintaticamente.

⁹ Giorgi e Pianesi presumem que a categoria lexical T suporta traços temporais chamados de traço- τ , que aparecem em Σ . Σ é considerado por Chomsky (1995) como o marcador frasal no curso da derivação.

¹⁰ Os autores dizem que a estrutura em (11) é realizada em francês, inglês, japonês, russo, grego, espanhol, português, catalão, italiano, latim, entre outros.

¹¹ Considera-se como locução verbal toda a sequência de verbo auxiliar + verbo principal.



Em (12), o verbo principal é dominado por T₂, o núcleo aspectual que expressa E_R. Assim, T₂ atribui seu papel-T ao V. AGR₂ é requisitado para atender às necessidades de concordância do –o. Ainda, o auxiliar ‘ter’ é inserido na derivação para lexicalizar AGR₁ e checar concordância. Segundo Silvério (2001:178), para derivar o passado composto do PB é necessário inserir “a noção de intervalo contendo S, que sofre escopo de um operador genérico, gerando a leitura habitual”. Assim pode-se pensar, como faz a autora, que é neste intervalo habitual que estão inseridos os eventos perfectivos em uma sequência de evento que não se fecha em sua totalidade.

Em suma, tanto G&P quanto Silvério propõem que, assim como em (11), em (12) não há na derivação um T₁, pois o verbo auxiliar está no Tempo presente, e, por não apresentar morfologia, não deve, pois, ser lexicalizado, sendo interpretado como Tempo presente em LF.

Já que G&P partem do princípio de que uma estrutura no Tempo presente é interpretada como presente na LF, como explicar o Tempo de (13) e (14)?

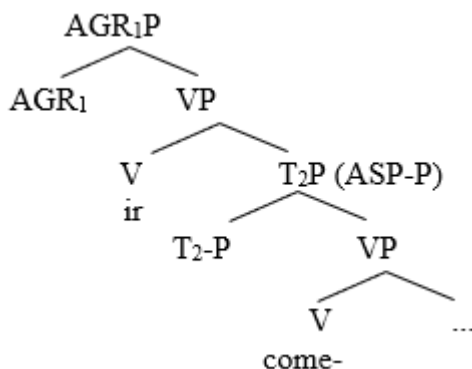
(13) O governo **vai pensar** em uma solução para a escassez da água.

(14) Ok, pode deixar que eu te **ligo**.

É problemático afirmar que as sentenças acima, pelo fato de estarem com morfologia de Tempo presente, serão interpretadas em LF como presente, visto que em PB elas indicam uma ideia de Tempo futuro. Silvério (2001) ainda propõe, para o futuro, uma representação em que também não há lexicalização do auxiliar no presente, mas sim do verbo principal; ou seja, por Silvério (2001), (13) e (14) seriam derivados sem T₁, uma vez que o auxiliar está no presente, logo não precisaria ser lexicalizado, juntamente a G&P. Ver a derivação em (15).

Contudo, a autora concordaria, pelo exposto em sua proposta, que (13) e (14) seriam sentenças no futuro, e, para representar tal leitura, propõe que a morfologia de infinitivo (impessoal) apresenta aspecto perfectivo de aspecto conclusivo, sendo, então, valorado.

- (15) Vou comer
 ir.AUX.1SG comer.INF



3 O auxiliar como pivô temporal

As sentenças abaixo parecem mostrar que o verbo principal não denota o Tempo da sentença sozinho, embora possa denotar o sentido principal:

- (16) João vai correr.
 (17) João foi correr.
 (18) João está a correr.¹²

Em (16-18), fica claro que a predicação é a de correr; isto é, um sujeito x tem como ação correr. Entretanto, também é inegável que as sentenças diferem-se em relação ao Tempo em que a predicação ocorre: elas expressam Tempo futuro, passado e presente respectivamente. Tal aceção parece estar presente no auxiliar, que age nas sentenças acima como pivô do Tempo, deixando o significado do evento para o verbo principal.

A ideia de que o auxiliar, pelo menos o de futuro, é o pivô temporal é contemplada na análise de Araújo Adriano (em andamento), em que o autor mostra, nos seus dados, que até o século XVIII o auxiliar ‘ir’ expressava uma leitura de prospecção, veiculada pelo traço [+prospectivo], e um traço temporal [+presente] (cf. Arrais, 1991 e Sousa, 1998), ou seja, ‘ir’ era usado para um evento imediatamente após o momento da fala, com a referência ancorada

¹² Estrutura *estar a* + infinitivo indicando progressividade, no português europeu (BALDÉ, 2013).

no presente. Porém, no século XIX a forma sintética, que tinha traços [+futuro, +irrealis], caiu em desuso, perdendo sua temporalidade, assim, 'ir' passou a ter uma leitura [+irrealis] substituindo a forma sintética e denotando futuro na língua. Disso, pela análise do autor, pode-se corroborar a ideia de que foi o auxiliar que veio a se gramaticalizar¹³, denotando futuro; logo, tem um papel importante, quanto à temporalização da sentença.

Dessa forma, parece que lexicalizar somente o verbo principal, conforme proposto por Silvério (2001) (cf. (15)), não dá conta da expressão de futuro, visto que o auxiliar tem um papel pivô na representação temporal, tanto por questões morfológicas (*fui, vou, estou a* em (16-18)), quanto por questões diacrônicas (traços [irrealis] no verbo 'ir') proposto por ARAÚJO ADRIANO (em andamento). Isso pode mostrar que os verbos auxiliares, mesmo flexionados no Tempo presente, precisam projetar um T, ou outra categoria semanticamente associada, para capturar a sua interpretação temporal específica atribuída, por meio do critério-T. Caso os verbos flexionados no presente sejam interpretados como tal em LF, a leitura veiculada em (13) e (14) não seria a leitura mais apropriada.

Além dessas considerações, o auxiliar tem o poder de c-selecionar restritamente seu complemento, por ser um verbo inacusativo (cf. Lunguinho, 2006; Corso, 2002; Rech, 2013), que tem como complemento um XP, sendo XP um núcleo InfP, GerP, PartP e PP. Por isso, segundo Lunguinho (2006) é característica do auxiliar ditar a forma morfossintática do verbo que com ele co-ocorre.

Lunguinho (2006) mostra que o verbo auxiliar c-seleciona somente um tipo de complemento. No escopo do presente trabalho, o 'ir' auxiliar, por ser um inacusativo, c-seleciona necessariamente um InfP (cf. 18), contrariamente ao *ir* lexical, indicativo de movimento espacial, que, por ser um inergativo, restringe o papel semântico do seu DP sujeito (cf. 19)¹⁴:

¹³ Araújo Adriano (em andamento) assume que o traço [-distante] de Araújo Adriano (2016, 2017) seria semelhante a um traço aspectual de Prospecção (cf. Cinque, 1997 para uma hierarquia das projeções funcionais) e o traço [+distante] seria o traço modal irrealis de Wollp (cf. WURMBRAND, 2007). Considera-se, portanto, segundo Roberts & Roussou (2013), que a gramaticalização de um item ocorre a partir da reanálise do conteúdo de uma categoria funcional, na medida em que sua estrutura, em termos de número de traço formal, se torna mais simples, i.e. com um menor número de traços, que a estrutura anterior. Araújo Adriano (em andamento) mostra, assim, que a gramaticalização se deu pela simplificação estrutural do auxiliar 'ir' que tinha uma leitura prospectiva, com traços [+prospecção] e [+presente], e passou a veicular uma leitura de futuridadade, somente com traços [+irrealis].

¹⁴ Além do verbo *ir*, vários autores (cf. Lunguinho, 2006; Gonçalves, 2013; Araújo Adriano, 2014) atestaram o valor de futuro para os modais poder e dever. Em se tratando da dependência morfossintática, Lunguinho (2006, p. 472) afirma que 'ir', 'poder' e 'dever' compartilham das mesmas características sintáticas e semânticas. Sob o viés sintático, todos esses verbos selecionam um infinitivo como complemento:

- (18) a. Ana vai sair.
b. *Ana vai saída/saído.
c. *Ana vai saindo.

(LUNGUINHO, 2006, p. 472)

- (19) a. Os meninos vão para a escola.
b. *O Cristo Redentor vai para a escola.

Por esse fato, o de os auxiliares c-selecionarem seus complementos, Lunguinho propõe que as formas nominais dos verbos sejam portadoras de traços, uma vez que são retiradas do léxico e são inseridas na derivação já com seus traços, seguindo a proposta lexicalista do Programa Minimalista (CHOMSKY, 1995). Dessa forma, resgatando a proposta de Lunguinho (2006), Lunguinho (2011) sugere que o infinitivo tem traço [*irrealis*], que capta a essência de processo em potência, processo futuro.

Portanto, para que a forma nominal seja checada, cada auxiliar, segundo o autor, deve “atrair” uma forma nominal específica, uma vez que a dependência morfossintática do auxiliar é específica: [verbo auxiliar] → [verbo na forma nominal α], sendo α um XP .

Diante disso, além de o auxiliar de futuro (*ir, poder, dever*) ditar, por dependência morfossintática, e, conseqüentemente, por checagem de traços¹⁵, a forma nominal do verbo (infinitivo), o auxiliar de futuro também, simultaneamente, checa o traço imperfectivo e o modal *irrealis* da forma nominal. Assim, não é o infinitivo sozinho que é interpretado como futuro pela sintaxe, como proposto por Silvério (2001). Parece que o auxiliar combinado da forma nominal atribui uma noção “tempoaspectomodal” para a sentença, conseguindo captar o Tempo por meio do pivô temporal, o auxiliar, e o aspecto e modo por meio da forma nominal. Disso, pode-se pensar que o auxiliar, mesmo no Tempo presente, precisa ter um traço temporal,

-
- (i) Ana pode sair/*saindo/*saído/*saída
(ii) Ana deve sair/*saindo/*saído/*saída
(iii) Ana vai sair/*saindo/*saído/*saída

Sob o ponto de vista semântico, a interpretação das sentenças em (i-iii) faz referência “a um dado ponto temporal posterior ao momento da enunciação” (LUNGUINHO, 2006).

¹⁵ Segundo Chomsky (2001), todos os traços não interpretáveis devem ser apagados, via operação *Agree*, antes de a derivação ser enviada para o componente semântico. Assim, caso o auxiliar ‘ir’ não se concatene com um InfP, que porta traços interpretáveis, a operação de *Agree* não acontecerá e, conseqüentemente, o traço não interpretável, presente no auxiliar, segundo Lunguinho (2011), não será apagado não convergindo a derivação. Ou seja, grosso modo, só haverá valoração de traços se tanto o auxiliar quanto a forma nominal c-comandada por ele compartilharem o mesmo traço.

ou algum traço semanticamente associado, para checar os traços do seu complemento, da sua forma nominal.

Haver uma projeção que lexicalize o morfema zero dos verbos flexionados no presente poderia impactar a proposta de G&P na medida em que tal projeção deveria atribuir um papel-T para o morfema zero do verbo. Assim, caso essa projeção atribua um papel-T de habitualidade, por exemplo, a sentença em (3) seria gerada com uma leitura habitual; do mesmo modo, caso fosse atribuído um papel-T de futuridade (considere o traço *woll* proposto por Wurmbbrand, 2007) ao morfema modo-temporal zero do auxiliar em ‘vou’ (v+ø+ou, seguindo T+SMT+SNP), ou até mesmo ao morfema modo-temporal zero em ‘almoco’ (almoç-ø-o, seguindo T+SMT+SNP), as sentenças em (5), (13), (14) e (15) receberiam a leitura apropriada, a de futuridade.

4 Considerações finais

Giorgi e Pianesi (1997) não parecem dar conta de explicar como um auxiliar no presente denota futuro (cf. exemplos (1-5)), já que, para eles, o morfema de presente, por ser não marcado, é interpretado como Tempo presente em LF, não sendo, pois, valorado (ausência de T₁). Além disso, a teoria dos autores parece ser também problemática, pelo menos para os dados do PB, pois o presente do indicativo não aparenta expressar somente o presente. A morfema de Tempo presente pode expressar (i) presente (em verbos de estado, como ‘*O João vive em São Paulo*’); (ii) passado (‘*Maria perde as eleições*’, sendo presente histórico); e (iii) futuro (‘*Eu te ligo, sim*’; ‘*Não se preocupa, eu vou te acordar*’), fato já atestado por linguistas (CAMARA JR., 1970; MIOTO, 1985; BALDÉ, 2013).

Ademais, revisitando Lunguinho (2006), parece ser a interação entre os traços de seleção (i) dos verbos auxiliares; e os traços de seleção (ii) das formas nominais que captam a noção temporal da sentença. Isso pode indicar que o auxiliar de Tempo futuro no presente do indicativo também precisa ser valorado de alguma forma, para que tais sutilezas sejam captadas na derivação sintática e não só o infinitivo, como sugerido por SILVÉRIO (2001)¹⁶.

¹⁶ Há na literatura alguns trabalhos que sugerem que o infinitivo seja atemporal em sentenças futuras, havendo outras estruturas responsáveis pela ideia de futuro, como o traço modal *woll* no auxiliar *will* (cf. WURMBRAND, 2007). Tal proposta é corroborada pela de Lunguinho (2011), quando é sugerido que o infinitivo não possui traços de Tempo, mas de Modo. Se tais propostas se fazem corretas, não parece adequado afirmar que o infinitivo sozinho consiga captar a noção de futuro numa sentença.

Uma proposta alternativa, por exemplo, seria considerar que o Tempo presente do auxiliar de futuro, juntamente a Camara Jr. (1970), apresenta um morfema que, embora seja um morfema zero, é capaz de nuclear uma projeção T₁, revisitando G&P (1997), ou outra semanticamente associada, revisitando Cinque (1999), da qual receberia um traço [*irrealis*] por meio do papel-T. Tal traço seria responsável pela seleção de uma única forma nominal para seu complemento: o infinitivo, que é a única forma que porta traços [*irrealis*]. Porém, análises mais profundas devem ser feitas, para se saber quais consequências empíricas tal proposta acarretaria¹⁷.

Referências

- ARRAIS, T. C. Tempo e aspecto, tempo e modalidade: de volta ao futuro. São Paulo. *Alfa*, V. 35, p. 11-17, 1991.
- ARAÚJO ADRIANO, P. Â. Análise da expressão do futuro em textos argumentativos do ProFIS. In: *Língua, Literatura e Ensino*, vol. XI, p. 21-34, 2014.
- _____. O passado e o presente do futuro: uma análise diacrônica e sincrônica. Monografia (Licenciatura em Letras – língua portuguesa) Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp. Campinas, São Paulo, 2016.
- _____. O passado do futuro: uma análise diacrônica do ir + infinitivo no português europeu. *Entrepalavras*, Fortaleza, v. 7, p. 132-150, ago./dez. 2017.
- _____. *A expressão de futuridade no português brasileiro: um estudo sintático-diacrônico*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp. Campinas, São Paulo (em andamento).
- BALDÉ, M. *Semântica do Tempo Presente em Pulaar, Francês e Português: estudo comparativo*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Faculdade de Letras, Universidade do Porto. Porto, Portugal, 2013.
- CAMARA JR., J. Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1970.
- CHOMSKY, N. *The Minimalist Program*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1995.
- _____. Derivation by phase. In: Michael Kenstowicz. ed. *Ken Hale: A life in language*. pp. 1-52. Cambridge, Mass.: MIT Press, 2001.
- CINQUE, G. *Adverbs and functional heads: a cross-linguistic perspective*. New York: Oxford University Press, 1999.
- GONÇALVES, A. *O analitismo verbal e a expressão do futuro no português brasileiro: um estudo diacrônico*. 2013. 221 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguístico) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2013.
- GIORGI, A. & PIANESI, F. *Tense and Aspect: From Semantics to Morphosyntax*. New York: Oxford University Press, 1997.
- LUNGUINHO, M. V. S. Dependências morfossintáticas: a relação Verbo Auxiliar – Forma Nominal. In: *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 457-489, jun./dez. 2006.

¹⁷ Não se entra numa discussão mais detalhada dessa proposta alternativa, pois tal discussão seria ortogonal aos objetivos deste trabalho, que se pauta somente na apresentação de um problema empírico à teoria de Giorgi e Pianesi (1997), no que tange o PB.

_____. *Verbos auxiliares e a sintaxe dos domínios não-finitos*. 225 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2011.

MIOTO, C. *Considerações sobre o presente do indicativo*, 1985.

RECH, N. F. Auxiliaridade verbal: uma análise dos núcleos funcionais ir e ter no Português brasileiro. In: *Cadernos do IL*, Porto Alegre, n. 46, junho de 2013. P. 65-89.

REICHENBACH, H. *Elements of Symbolic Logic*. 1947. Reprinted in 1966 by Free Press.

SILVÉRIO, S. M. *O sistema temporal do português brasileiro*. 233 f. Tese (Doutorado no Curso de Pós-Graduação em Linguística). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

SOUSA, M. M. F. *O aspecto verbal nas formas perifrásticas do português oral culto de Fortaleza*. 133 f. Dissertação (Mestrado em em Linguística e Ensino da Língua Portuguesa). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 1998.

WURMBRAND, S. Infinitive are tenseless. *U Penn Working Papers in Linguistic* 13: 407-420, 2007.

Squib recebido em 31 de maio de 2017.
Squib aceito em 13 de fevereiro de 2018.